



# BOLETIM OFICIAL

## ÍNDICE

### PARTE C

#### CHEFIA DO GOVERNO:

##### *Gabinete do Primeiro-Ministro:*

##### **Despacho:**

Autoriza o Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima a realizar despesas com a aquisição e instalação de uma unidade de tratamento de água para a hemodiálise do “Centro de Diálise do Hospital Agostinho Neto”..... 322

##### *Direcção-Geral da Administração Pública:*

##### **Extracto de despacho n.º 361/2013:**

Concede aposentação a Domingos Carvalho Barreto, ex-guarda florestal do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural..... 322

##### **Extracto de despacho n.º 362/2013:**

Concede aposentação a Mariana Fernandes, trabalhadora jornaleira da Câmara Municipal de São Domingos..... 322

##### **Extracto de despacho n.º 363/2013:**

Concede aposentação a Ausenda Rodrigues Fernandes, ajudante dos serviços gerais, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desportos..... 323

##### **Extracto de despacho n.º 364/2013:**

Concede aposentação a Maria Francisca Gomes Borges, professora primária, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto..... 323

##### **Extracto de despacho n.º 365/2013:**

Concede aposentação a Tomé Moreno, ex-ajudante de motorista, jornaleiro do quadro de pessoal do Ministério das Infraestruturas, Transportes e Telecomunicações..... 323

##### **Extracto de despacho n.º 366/2013:**

Transita para a situação de reforma, Ernesto Gomes de Pina, capitão na reserva..... 323

	<b>MINISTÉRIO DA SAÚDE:</b>
	<i>Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:</i>
	<b>Extracto de despacho nº 367/2013:</b>
	Concede licença sem vencimento a Eniels Marques da Silva, enfermeira geral, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde. .... 323
	<b>Extracto de despacho nº 368/2013:</b>
	Nomeia definitivamente, Teresa Rodrigues Dias e Olga Basília Osória Mojica, no cargo de enfermeira geral. .... 323
	<b>MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO:</b>
	<i>Direcção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública:</i>
	<b>Despacho nº 369/2013:</b>
	Fixa a pensão de sobrevivência a favor de Maria Tavares Furtado, Maria Júlia Mendes Pereira, Catarina Pereira Sanches Semedo e Paula Maria Fortes Coelho. .... 324
	<b>MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA:</b>
	<i>Direcção Nacional da Polícia Nacional:</i>
	<b>Extracto de despacho nº 370/2013:</b>
	Nomeia, Nelson Nelo Sequeira de Pina, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Comandante da Esquadra Policial do Mindelo. .... 324
<b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:</b>	
<i>Direcção Nacional da Polícia Judiciária:</i>	
<b>Aviso nº 4/2013:</b>	
Avisa, Abraão de Fátima Fernandes, inspector chefe, que lhe foi instaurado processo disciplinar por abandono de trabalho. .... 324	
<b>MINISTÉRIO DO AMBIENTE, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:</b>	
<i>Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:</i>	
<b>Extracto de despacho nº 371/2013:</b>	
Nomeia Maria Rosa Sousa Brito Soares e Iderlindo Jorge Silva Santos, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções que indica. .... 325	
<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO:</b>	
<i>Gabinete da Ministra:</i>	
<b>Despacho:</b>	
Nomeia Comissão Nacional de Ginástica. .... 325	
<b>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL:</b>	
<i>Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:</i>	
<b>Extracto de despacho nº 372/2013:</b>	
Autoriza o regresso de José Henriques Veiga Júnior, técnico superior, do quadro do Ministério do Desenvolvimento Rural. .... 325	
<b>Extracto de despacho nº 373/2013:</b>	
Dá por finda a comissão ordinária de serviço de Carlos Alberto Ramos Dias, técnico superior, nas funções de Delegado do MDR na ilha do Maio. .... 325	
<b>PARTE D</b>	<b>CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO:</b>
	<i>Secretaria:</i>
<b>Deliberação nº 17/2013:</b>	
Nomeia provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, do quadro das Secretarias Judiciais, como indica. .... 326	
<b>PARTE E</b>	<b>AGÊNCIA NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES:</b>
	<i>Conselho de Administração:</i>
<b>Deliberação nº 03/CA/2013:</b>	
Fixa o dia para o início efectivo da Portabilidade Numérica em Cabo Verde. .... 327	

**PARTE G**

**MUNICÍPIO DO MAIO:**

*Câmara Municipal:*

**Extracto de deliberação nº 18/2013:**

Prorroga o contrato a termo com Emílio Cardoso Rocha Ramos, técnico superior. .... 327

**Extracto de deliberação nº 19/2013:**

Nomeia Emílio Cardoso Rocha Ramos, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe de Divisão da Informação, Comunicação e Imagem e deliberou o regresso de José Jesus Jorge Ribeiro, que se encontrava de licença sem vencimento. .... 327

**Extracto de deliberação nº 20/2013:**

Nomeia e reconduz, Mateus de Jesus Costa Silva, Carlos António de Pina Querido dos Reis Borges, Carlos Honório Tavares e José António Freire, respectivamente, nos cargos que indica. .... 327

**MUNICÍPIO DA RIBEIRA BRAVA:**

*Câmara Municipal:*

**Deliberação nº 002/2013:**

Contrata, Dercelinda de Jesus Silva Martins, para prestar serviço de assessora jurídica, na Câmara Municipal da Ribeira Brava. .... 328

**Deliberação nº 008/2012:**

Contrata, Verónica de Freitas dos Santos, para desempenhar tarefa, mediante um contrato de prestação de serviço na modalidade de avença. .... 328

**Deliberação nº 015/2012:**

Aplica a pena de demissão, á Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento, de acordo com o relatório apresentado pela instrutora do processo disciplinar. .... 328

**Deliberação nº 017/2012:**

Concede licença sem vencimento a António Silva Santos, fiscal da Câmara Municipal da Ribeira Brava. .... 328

**Deliberação nº 004/2013:**

Concede licença sem vencimento á Maria José Sentinha Lopes de Andrade, ajudante de serviços gerais no gabinete técnico da Câmara Municipal da Ribeira Brava. .... 328

**Despachos nº 374/2013:**

Nomeia por urgente conveniência de serviço, Jovenal Neves Gonçalves e Natalina Fortes Silva, para exercer as funções que indica. .... 328

**Comunicação nº 10/2013:**

Comunica que Erique Sandro Soares Silva, que se encontrava de licença sem retribuição, retomou as suas funções. .... 328

**MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DO FOGO:**

*Câmara Municipal:*

**Extracto de deliberação nº 21/2013:**

Nomeia, Mário Nunes Pires Monteiro, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Delegado Municipal de Chã das Caldeiras. .... 329

**Extracto de deliberação nº 22/2013:**

Nomeia, Erasmo de Oliveira Fonseca e Manuel dos Reis Santos Andrade, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções que indica. .... 329

**MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DE SANTIAGO:**

*Câmara Municipal:*

**Extracto de deliberação nº 23/2013:**

Nomeia, Jacinto Landim Horta e Domingos Mendonça Horta para exercer as funções que indica. .... 329

**Extracto de deliberação nº 24/2013:**

Contrata, Jorge Barbosa de Sousa, para prestar serviço técnico no Gabinete de Comunicação e Imagem de carácter permanente à Câmara Municipal de Santa Catarina. .... 329

**Despacho nº 375/2013:**

Prorroga licença para formação a Jaqueline do Rosário da Rosa Brito, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago..... 329

**Despacho nº 376/2013:**

Concede licença sem vencimento a Amândio Ermelindo Rodrigues de Pina Gomes, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago. .... 329

**Despacho nº 377/2013:**

Nomeia Ismael Seidu de Sousa Teixeira, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de condutor auto do Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago. .... 329

**MUNICÍPIO DE SÃO FILIPE:****Câmara Municipal:****Despacho nº 378/2013:**

Nomeia Lia Andrade Monteiro Barbosa Lopes, para, exercer o cargo de Directora de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de São Filipe..... 330

**MUNICÍPIO DO SAL:****Câmara Municipal:****Despacho conjunto nº 379/2013:**

Requisita Jucelino Lima Cardoso, do quadro de pessoal dos Transportes Aéreos de Cabo Verde, para exercer na Câmara Municipal do Sal, o cargo de chefe do posto administrativo da Palmeira. .... 330

**PARTE C****CHEFIA DO GOVERNO****Gabinete do Primeiro-Ministro****Despacho**

Ao abrigo e nos termos da alínea *d*) do nº 1 do artigo 42º do Regulamento da Lei das Aquisições Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 1/2009, de 5 de Janeiro, autorizo o Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima a realizar despesas com a aquisição e instalação de uma unidade de tratamento de água para a hemodiálise do “Centro de Diálise do Hospital Agostinho Neto”, na cidade da Praia, no montante de 32.404.602\$00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e quatro mil, e seiscentos e dois escudos).

Gabinete do Primeiro-Ministro, na Praia, aos 13 de Março de 2013.  
– O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*.

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Direcção-Geral da Administração Pública**

**Extracto de despacho nº 361/2013** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exº o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 25 de Janeiro de 2013:

Domingos Carvalho Barreto, ex-guarda florestal do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural - aposentado, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea *a*) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado definitivamente incapacitado para exercício da sua actividade profissional, de acordo com a opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 24 de Fevereiro de 2005 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 4 de Março de 2005, com direito à pensão anual de 72.000\$00 (setenta e dois mil escudos), sujeita à rectificação,

calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 20 anos e 8 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 3 de Novembro de 2011 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 12 anos, 8 meses.

O montante em dívida no valor de 127.543\$00 (cento e vinte e sete mil quinhentos e quarenta e três escudos), poderá ser amortizado em 270 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 575\$00 e as restantes de 472\$00.

**Extracto de despacho nº 362/2013** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exº o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 25 de Janeiro de 2013:

Mariana Fernandes, trabalhadora jornalista da Câmara Municipal de São Domingos - desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea *b*) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão anual de 94.020\$00 (noventa e quatro mil e vinte escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo Estatuto, correspondente a 24 anos e 8 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 23 de Agosto de 2012, do Director Nacional da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 21 anos, e 28 dias.

A dívida no montante de 212.236\$00 (duzentos e doze mil, duzentos e trinta e seis escudos), poderá ser amortizada em 280 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 754\$00 e as restantes no valor de 758\$00.

Por despacho de 7 de Janeiro de 2013, do Presidente da Câmara Municipal de São Domingos, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 1 ano e 29 dias.

A dívida no valor de 7.282\$00 (sete mil duzentos e oitenta e dois escudos), poderá ser amortizado em 94 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 44\$00 e as restantes no valor de 77\$00.

Esta pensão será dividida proporcionalmente da seguinte forma:

Orçamento Geral do Estado.....	80.364\$00
Orçamento Municipal.....	13.656\$00

**Extracto de despacho nº 363/2013** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex<sup>a</sup> o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 25 de Janeiro de 2013:

Ausenda Rodrigues Fernandes, ajudante dos serviços gerais, referência 1, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desportos - desligada de serviço para efeitos de aposentação nos termos do artigo 5º, nº 1, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 216.288,00 (duzentos e dezasseis mil duzentos e oitenta e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 1 de Outubro de 2012 do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 10 anos, 5 meses e 19 dias.

O montante em dívida no valor de 105.419\$00 (cento e cinco mil quatrocentos e dezanove escudos), poderá ser amortizado em 120 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 937\$00 e as restantes de 878\$00.

**Extracto de despacho nº 364/2013** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex<sup>a</sup> o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 30 de Janeiro de 2013:

Maria Francisca Gomes Borges, professora primária, referência 3, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão anual de 395.580\$00 (trezentos e noventa e cinco mil quinhentos e oitenta escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 3 de Setembro de 2012 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 26 anos, 4 meses e 24 dias.

O montante em dívida no valor de 456.664\$00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil seiscientos e sessenta e quatro escudos), poderá ser amortizado em 270 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.785\$00 e as restantes de 1.691\$00.

**Extracto de despacho nº 365/2013** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex<sup>a</sup> o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 5 de Fevereiro de 2013:

Tomé Moreno, ex-ajudante de motorista, jornalista do quadro de pessoal do Ministério das Infraestruturas, Transportes e

Telecomunicações - aposentado, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea b) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 110.316\$00 (cento e dez mil trezentos e dezasseis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 31 anos e 6 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 24 de Abril de 1995 do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 27 anos, 5 meses e 13 dias.

O montante em dívida no valor de 186.798\$00 (cento e oitenta e seis mil setecentos e noventa e oito escudos), poderá ser amortizado em 270 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 705\$00 e as restantes de 691\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 7 de Março de 2013).

**Extracto do despacho nº 366/2013** – De S. Ex<sup>a</sup> o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas:

De 1 de Fevereiro de 2013:

Ernesto Gomes de Pina, capitão na reserva, enquadrado no nível III que corresponde ao índice 754, transita para a situação de reforma ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artigo 236º dos Estatutos dos Militares, em conformidade com o disposto nos artigos 167º, 168º e 169º do Decreto-Legislativo nº 2/2012 de 15 de Novembro, com direito à pensão anual de 1.356.032\$28 (um milhão, trezentos e cinquenta e seis mil, trinta e dois escudos e vinte e oito centavos).

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 12 de Março de 2013:)

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capº 30.20, divisão 4º, Cód. 03.05.03.01.01, de orçamento vigente,

Direcção de Serviço de Segurança Social, na Praia, aos 20 de Março de 2013. – O Director de Serviço, *Gerson Soares*.



## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

**Extracto do despacho nº 367/2013** – De S. Ex<sup>a</sup> a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 21 de Março de 2013:

Eniels Marques da Silva, enfermeira geral, escalão V, índice 110 do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, concedida licença sem vencimento, por um período de 1 (um) ano renovável até 3 (três) anos, ao abrigo do nº 1 do artigo 48º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir do dia 30 de Março de 2013.

**Extracto do despacho nº 368/2013** – da Directora-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, por delegação de S. Ex<sup>a</sup> a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 14 de Abril de 2012

Teresa Rodrigues Dias, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, nomeada definitivamente no respectivo cargo nos termos do artigo 13º, da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Olga Basília Osória Mojica, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, nomeada definitivamente no respectivo cargo nos termos do artigo 13º, da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, na Praia, aos 22 de Março de 2013. – A Directora-Geral, *Serefina Alves*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO

### Direcção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública

**Despacho n.º 369/2013** – Do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, por delegação da S. Ex.ª a Ministra das Finanças e do Planeamento:

Em 25 de Fevereiro de 2013:

Maria Tavares Furtado, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Anastácio Vaz Cabral, que foi aposentado, falecido a 6 de Dezembro 2009, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor o valor anual de 34.740\$00 (trinta e quatro mil e setecentos e quarenta escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva ..... 34.740\$00

Esta pensão beneficia dos aumentos legais, nos termos do artigo 82.º da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 69/2009 de 30 de Dezembro.

Este despacho produz efeitos a partir de 6 de Dezembro de 2009 de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Maria Júlia Mendes Pereira, na qualidade de mãe representante de menor de Anastácio Vaz Cabral, que foi aposentado, falecido a 6 de Dezembro 2009, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a favor dos filhos menores o valor anual de 5.500\$00 (cinco mil e quinhentos escudos) conforme a discriminação seguinte:

Filhos:

Kevin Júnior Pereira Cabral ..... 1.375\$00

Samuel Anastácio Mendes Vaz Cabral ..... 1.375\$00

Gilson de Deus Pereira Cabral ..... 1.375\$00

Jailson de Jesus Pereira Vaz Cabral ..... 1.375\$00

Esta pensão beneficia dos aumentos legais, nos termos do artigo 82.º da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 69/2009 de 30 de Dezembro.

Este despacho produz efeitos a partir de 6 de Dezembro de 2009 de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Catarina Pereira Sanches Semedo, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Feliciano Sanches Semedo, aposentado, falecido a 8 de Novembro de 2012, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor o valor anual de 54.924\$00 (cinquenta e quatro mil e novecentos e vinte e quatro escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva ..... 54.924\$00

Tem a pagar a quantia de 213.994\$00 quota em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência que serão amortizadas em 480 prestações sendo a primeira prestação no valor de 360\$00 e os restantes no valor de 446\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 8 de Novembro de 2012 de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Paula Maria Fortes Coelho, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Anselmo Tavares Coelho, aposentado, falecido a 16 de Outubro de

2012, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor o valor anual de 36.000\$00 (trinta e seis mil escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva ..... 36.000\$00

Tem a pagar a quantia de 98.250\$00 quota em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência que serão amortizadas em 350 prestações sendo a primeira prestação no valor de 181\$00 e os restantes no valor de 281\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 16 de Outubro de 2012 de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

As despesas têm cabimento na verba da Orgânica 10.12 Div.15 – cl. 3.05.03.01.02 - encargos comuns do orçamento vigente do Ministério das Finanças. – (Visados pelo Tribunal de Contas, em 1 de Março de 2013.)

Direcção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública do Ministério das Finanças e do Planeamento, aos 19 de Março de 2013. – O Director, *Elias Mendes Monteiro*.

—oço—

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Direcção Nacional da Polícia Nacional

**Extracto de despacho n.º 370/2013** – De S. Ex.ª o Director Nacional da Polícia Nacional:

De 31 de Janeiro de 2013:

No uso de competência conferida pelo artigo 22.º, n.º 2, alínea f), do Decreto-Lei n.º 39/2007, de 12 de Novembro, que aprova a Orgânica da Polícia Nacional, foi nomeado, por conveniência de serviço, Nelson Nelo Sequeira de Pina, Chefe de Esquadra da Polícia Nacional, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Comandante da Esquadra Policial do Mindelo - Comando Regional de São Vicente.

Divisão de Administração e Recursos Humanos da Polícia Nacional, na Praia, aos 8 de Março de 2013. – O Chefe da Divisão, *Manuel Correia Cabral*.

—oço—

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Direcção Nacional da Polícia Judiciária

**Aviso n.º 4/2013**

A Direcção Nacional da Polícia Judiciária, com sede em Achada Grande Frente, na cidade da Praia, comunica ao seu funcionário Abraão de Fátima Fernandes, inspector chefe, que, estando ausente do serviço há mais de 15 (quinze) dias consecutivos, sem qualquer justificação para o efeito, se encontra em situação de abandono de lugar. O mesmo é avisado que a instrução do processo disciplinar teve o seu início em 26 de Fevereiro do corrente, e que, deverá, num prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da publicação do presente aviso, justificar documentalmente a sua ausência prolongada, sob pena de a sua conduta ser considerada nos termos do artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 3/2009, de 12 de Janeiro, que aprova o estatuto disciplinar dos funcionários da Polícia Judiciária, como de efectivo abandono de trabalho, com todas as consequências legais daí advenientes.

Direcção Nacional da Polícia Judiciária, na Praia, aos 28 de Fevereiro de 2013. – O Instrutor *Natalino Correia*.

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

### Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

**Extracto do despacho nº 371/2013** – De S. Ex<sup>a</sup> o Ministro do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território:

De 17 de Abril de 2012:

Maria Rosa Sousa Brito Soares, mestre em engenharia do ambiente, nomeada, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Director de Serviço de Assuntos Jurídicos, Inspeção e Avaliação de Impactos Ambientais da Direcção-Geral do Ambiente, Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, ao abrigo do nº 1, artigo 39º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com o nº 2 do artigo 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, alterado pelo Decreto-Legislativo nº 4/98, de 19 de Outubro.

Iderlindo Jorge Silva Santos, licenciado em biologia e geologia, técnico superior, referência 13, escalão A, da Direcção-Geral do Ambiente, nomeado, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Director de Serviço de Informação e Seguimento da Qualidade Ambiental da Direcção-Geral do Ambiente, Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, ao abrigo do nº 1, artigo 39º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com o nº 2 do artigo 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, alterado pelo Decreto-Legislativo nº 4/98, de 19 de Outubro.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação orçamental inscrita na rubrica 02.01.01.01.02 – pessoal do quadro da Direcção-Geral do Ambiente, Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 28 de Fevereiro de 2013).

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, na Praia, aos 19 de Março de 2013. – A Directora-Geral, *Tatiana Rodrigues Pires Pereira Neves*.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO

### Gabinete da Ministra

#### Despacho

Através da Portaria nº 3/89, de 14 de Fevereiro de 1989, do então Ministro da Informação, Cultura e Desporto e do despacho ministerial de 15 de Fevereiro do mesmo ano, ambos publicados no *Boletim Oficial* nº 8, de 25/02 de 1989, foi, respectivamente criada e constituída a Comissão Nacional da Ginástica.

Decorridas mais de três décadas sobre a data da criação e constituição da referida Comissão, tendo em devida conta os ganhos e os avanços já registados ao nível do Desporto Nacional e, muito particularmente, ao nível da prática da Ginástica Rítmica e Desportiva;

Considerando os novos desafios e as atuais exigências que se colocam à modalidade de Ginástica que pauta a sua ação por objetivos ambiciosos, mas realizáveis;

Torna-se necessário e conveniente proceder à reformulação da constituição da Comissão Nacional da Ginástica, de modo a conferir-lhe

mais dinâmica, eficácia e capacidade de realização, que se impõem, à luz do atual estado de desenvolvimento do País e da Política Nacional do Desporto, em implementação, sobretudo no concernente à Ginástica Rítmica e Desportiva.

Assim,

A Comissão Nacional de Ginástica passa a ser constituída pelos seguintes elementos:

Dra. Elizandra Varela – Presidente

Dra. Liliana Silva – Vice-Presidente

Dra. Wânia Monteiro – Secretária-Geral

Dra. Zelita Barbosa – Tesoureira

Dra. Elena Atmacheva – Vogal

Dra. Marlice Helena Gomes Gonçalves – Vogal

Dra. Jennifer Ramos – Vogal.

Gabinete da Ministra da Educação e Desporto, na Praia, aos 5 de Dezembro de 2012. – A Ministra, *Fernanda Maria de Brito Leitão Marques Vera-Cruz Pinto*.

## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

### Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

**Extracto de despacho nº 372/2013** – De S. Ex<sup>a</sup> a Ministra do Desenvolvimento Rural:

De 5 de Novembro de 2012:

José Henriques Veiga Júnior, técnico superior, referência 15, escalão E, quadro do Ministério do Desenvolvimento Rural, autorizado o seu regresso após 1 (um) ano de licença sem vencimento, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 48º, conjugado com o nº 4 do artigo 46º ambos do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na rubrica – despesa com o pessoal – da Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Desenvolvimento Rural, para 2012. – (Visado pelo Tribunal de Contas, em 12 de Março de 2013).

**Extracto de despacho nº 373/2013** – De S. Ex<sup>a</sup> a Ministra do Desenvolvimento Rural:

De 27 de Fevereiro de 2013:

Carlos Alberto Ramos Dias, técnico superior, referência 13, escalão C, quadro da Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, desempenhando, em comissão ordinária de serviço as funções de Delegado do MDR na ilha do Maio, é dada por finda a referida comissão, nos termos do nº 5 do artigo 6º, conjugado com a alínea d) do nº 7 do artigo 5º, ambos do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, com efeitos a partir de 27 de Fevereiro de 2013.

Direcção da Administração e Gestão de Recursos Humanos do Ministério do Desenvolvimento Rural, na Praia, aos 19 de Março de 2013. – A Directora, *Iara Anacy Abreu Gonçalves Fernandes*

**PARTE D****CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRO  
PÚBLICO****Secretaria****Deliberação nº 17/2013****De 22 de Fevereiro**

Nos termos do artigo 15º, alínea *d*) do nº 1 do artigo 27º e artigo 47º, todos do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, conjugados com os artigos 28º e 39º do Decreto-Lei n.º 13/2006, de 13 de Fevereiro e alínea *a*) do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Julho, são nomeados, por urgência conveniência de serviço, os candidatos aprovados em concurso a seguir indicados, com efeitos a partir da data de posse:

Edna Giselle Soares Lopes, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocada no 1º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de São Vicente;

Janice da Conceição Almeida Fernandes, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocada no 1º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia;

Gerson Manuel Spencer Lopes Lima Monteiro, candidato aprovado em concurso, nomeado provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocado no 2º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia;

Kátia Soraia Pereira Baessa, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocada no 1º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia;

Gilson de Jesus Neves Lopes, candidato aprovado em concurso, nomeado provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocado no 2º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de São Vicente;

Verânio Patrick Correia Lima, candidato aprovado em concurso, nomeado provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocado no 4º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia;

Pedro Correia Lopes Barbosa, candidato aprovado em concurso, nomeado provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocada no 3º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia;

Nélida da Conceição Ramos Correia, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocada no 3º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia;

Tereza de Jesus Lopes Brito, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocada no 3º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia;

Iolanda Jandira Tavares Baessa, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocada no 2º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia;

Eneida Assunção Tibúrcio, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocada no 1º Juízo Crime do Tribunal da Comarca de São Vicente;

Orisa Almeida Varela, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente, para exercer as funções de

oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocada no Tribunal da Comarca de São Domingos;

Emanuela Barbosa Lopes de Pina, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocada no Juízo Cível do Tribunal da Comarca de São Filipe;

Joaquim Pedro Gomes, candidato aprovado em concurso, nomeado provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocado no Tribunal da Comarca de Porto Novo;

Esperança Pereira Gomes, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocada no 4º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia;

Helena Samira da Veiga Monteiro, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocada no Juízo de Família e Menores do Tribunal da Comarca da Praia;

Sónia Patrícia Sanches Monteiro, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocada no Juízo de Trabalho do Tribunal da Comarca da Praia;

Ivan Santos Silva, candidato aprovado em concurso, nomeado provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocado no Tribunal da Comarca da Boa Vista;

Eley de Jesus Ribeiro Varela, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocada no Tribunal da Comarca do Tarrafal;

Onildo Aguinaldo Correia Varela, candidato aprovado em concurso, nomeado provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocado no 4º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia;

Edson Varela Monteiro, candidato aprovado em concurso, nomeado provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocado no Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Santa Catarina;

Elizabeth dos Reis Costa, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocada no Juízo de Família e Menores do Tribunal da Comarca da Praia;

Floriano Jorge Lopes Leite, candidato aprovado em concurso, nomeado provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocado no Juízo Cível do Tribunal do Sal;

Nereida Patrícia de Sousa Oliveira Borges Monteiro, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocada no Tribunal da Comarca da Brava;

Danilson Rodrigues Figueiredo Ramos Évora, candidato aprovado em concurso, nomeado provisoriamente, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais, ficando colocado no Tribunal da Comarca do Maio;

Esta despesa tem cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 – pessoal do quadro – Conselho Superior da Magistratura Judicial.

Está conforme:

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, na Praia, aos 14 de Março de 2013. – O Secretário p/substituição, *Joaquim Semedo*.

# PARTE E

## ANAC – AGÊNCIA NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES

### Conselho de Administração

Deliberação nº 03/CA/2013

de 21 de Fevereiro

O despacho nº 01/CA-ANAC/2011, 7 de Fevereiro, que cria a Comissão para a Implementação da Portabilidade dos Números, doravante CIP, prevê na alínea *a*), do artigo 2º, que a CIP tem como finalidade assegurar o início da funcionalidade da Portabilidade a partir de 1 de Novembro de 2011.

A ANAC aprovou, através da Deliberação nº 09/CA/2011, de 15 de Dezembro, o Regulamento da Portabilidade, publicado no *Boletim Oficial*, II Série nº 50, de 3 de Agosto de 2012, que estabelece os princípios e regras aplicáveis à portabilidade nas redes telefónicas públicas, vinculativo para todas as empresas com obrigações de portabilidade.

A Deliberação acima referida estatui no seu artigo 3.º que a implementação do Regulamento da Portabilidade deve ocorrer no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da sua data entrada em vigor, podendo ser prorrogável por mais 30 (trinta) dias, em caso de ocorrência de situações devidamente justificadas.

Considerando que, (i) os prazos definidos para o arranque da Portabilidade Numérica, durante o processo de desenvolvimento do projecto da

sua implementação foram ultrapassados há largos meses, facto que tem vindo a impedir a implementação do Regulamento da Portabilidade, e consequentemente a privar os utilizadores do direito à Portabilidade; (ii) a análise minuciosa por parte da ANAC aos planos de implementação da funcionalidade da portabilidade facultados pelos operadores; (iii) a invocação de atraso na implementação da funcionalidade referida no item anterior por parte de alguns operadores; (iv) a portabilidade numérica assume como um factor essencial para facilitar a escolha dos consumidores e promover o desenvolvimento da concorrência efetiva nos mercados das comunicações eletrónicas, urge definir um prazo para o início efectivo da portabilidade em Cabo Verde.

Assim sendo, o Conselho de Administração da ANAC, reunido em sua reunião ordinária de 21 de Fevereiro de 2013 e no âmbito das suas atribuições e competências que lhe são conferidas pelas alíneas *b*), *i*) e *j*), do número 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei nº 31/2006, de 19 de Junho e no n.º 5 do artigo 52.º do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro, delibera o seguinte:

1. É fixado o dia 2 de Maio de 2013 para o início efectivo da Portabilidade Numérica em Cabo Verde;
2. A presente deliberação entra imediatamente em vigor;
3. O não cumprimento do constante na presente deliberação, sujeita os infratores às sanções previstas na lei.

Agência Nacional das Comunicações, na Praia, aos 22 de Fevereiro de 2013. – O Conselho de Administração, *David Gomes* - Presidente, *Carlos Lopes Silva* - Administrador.

# PARTE G

## MUNICÍPIO DO MAIO

### Câmara Municipal

**Extracto de deliberação nº 18/2013** – Da Câmara Municipal do Maio:

De 22 de Novembro de 2012:

Emílio Cardoso Rocha Ramos, técnico superior, referência 13, escalão A, prorrogado o contrato a termo de conformidade com o artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugados com alínea *c*) do nº 2 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho e alínea *b*) do nº 1 do artigo 8º do Decreto-Lei 46/89, de 26 de Junho, alterado pela Lei nº 77/III/90, de 29 de Junho, com efeitos a partir de 21 de Novembro de 2012.

O encargo tem cabimento na dotação inscrita na rubrica “pessoal contratado”, código 03.01.01.03 do Gabinete do Presidente, do orçamento municipal em vigor. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 28 de Dezembro de 2012).

**Extracto de deliberação nº 19/2013** – Da Câmara Municipal do Maio:

De 10 de Janeiro de 2013:

Emílio Cardoso Rocha Ramos, nomeado em comissão de serviço, para exercer o cargo de Chefe de Divisão da Informação, Comunicação e Imagem, nos termos do nº 1 do artigo 39º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugados com alíneas *a*) e *b*) dos artigos 14º e

27º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir do 1 de Janeiro de 2013, por urgente conveniência de serviço, ao abrigo do nº 4 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 46/89, de 26 de Junho, alterado pela Lei nº 77/III/90, de 29 de Junho.

O encargo tem cabimento na rubrica orçamental 02.01.01.01.02 da divisão de informação, comunicação e imagem para o ano 2013, cuja dotação global é de 954.000\$00. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 8 de Fevereiro de 2013).

A Câmara Municipal reunida na sua 1ª sessão ordinária do ano de 2013, deliberou por unanimidade o regresso ao trabalho do funcionário José Jesus Jorge Ribeiro, que se encontrava de licença sem vencimento.

O encargo tem cabimento na dotação inscrita na rubrica “pessoal contratado”, código 02.01.01.01.03 da Divisão de Administração, Finanças e Património do Orçamento Municipal em vigor. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 31 de Janeiro de 2013).

**Extracto de deliberação nº 20/2013** – Da Câmara Municipal do Maio:

De 24 de Janeiro 2013:

Mateus de Jesus Costa Silva, oficial administrativo, referência 8, escalão C, da Câmara Municipal do Maio, habilitado com o curso de técnico profissional de nível III em administração, nomeado em comissão ordinária de serviço, para exercer o cargo de Chefe de Secção do Urbanismo e Obras, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 40º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com a alínea *a*) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013, por urgente conveniência de serviço, ao abrigo do nº 4 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 46/89, de 26 de Junho, alterado pela Lei nº 77/III/90, de 29 de Junho.

Carlos António de Pina Querido dos Reis Borges, técnico superior, referência 13, escalão A, contratado a termo, reconduzido em comissão ordinária de serviço no cargo de Chefe de Divisão de Urbanismo, Infraestruturas e Transportes, nos termos do n.º 1 do artigo 39.º de Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, conjugados com alíneas *a)* e *b)* dos artigos 14.º e 27.º, respectivamente, da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013, por urgente conveniência de serviço, ao abrigo do n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho alterado pela Lei n.º 77/III/90, de 29 de Junho.

Os encargos têm cabimento na rubrica orçamental 02.01.01.01.02 da Divisão de Urbanismo, Infraestruturas e Transportes para o ano 2013.

Carlos Honório Tavares, oficial administrativo referência 8, escalão C, da Câmara Municipal, reconduzido em comissão ordinária de serviço no cargo de Delegado Municipal de Pedro Váz, ao abrigo do artigo 118.º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 21/99, de 26 de Abril, conjugados com as alíneas *a)* e *b)* dos artigos 14.º e 27.º, respectivamente, da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Janeiro do corrente ano, nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, alterado pela Lei n.º 77/III/90, de 29 de Junho.

O encargo tem cabimento na rubrica orçamental 02.01.01.01.02 da Divisão de Administração, Finanças e Património para o ano 2013.

José António Freire, técnico-adjunto referência 12, escalão D, da Câmara Municipal, reconduzido em comissão ordinária de serviço no cargo de Secretário Municipal, ao abrigo da alínea *b)* do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 5/98, de 9 de Março e das alíneas *a)* e *b)* dos artigos 14.º e 27.º, respectivamente, da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Janeiro do corrente ano, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, alterado pela Lei n.º 77/III/90, de 29 de Junho.

O encargo tem cabimento na dotação inscrita no 02.01.01.01.01 da Divisão de Administração, Finanças e Património para o ano 2013.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 27 de Fevereiro de 2013).

Câmara Municipal do Maio na Cidade do Porto Inglês, aos 24 de Janeiro de 2013. – O Presidente, *Manuel Ribeiro*.

—oço—

## MUNICÍPIO DA RIBEIRA BRAVA

### Câmara Municipal

**Deliberação n.º 002/2012**

**De 28 de Agosto**

Dercelinda de Jesus Silva Martins, advogada e consultora jurídica, contratada na modalidade de avença, para prestar serviço de assessora jurídica, na Câmara Municipal da Ribeira Brava, com efeito a partir de 3 de Setembro de 2012.

**Deliberação n.º 008/2012**

**De 11 de Setembro**

Verónica de Freitas dos Santos, licenciada em ciências sociais, contratada para prestação de serviço na modalidade de avença como técnico superior, na Câmara Municipal da Ribeira Brava, com efeitos a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

(Visados pelo Tribunal de Contas, aos 5 de Dezembro de 2012)

**Deliberação n.º 015/2012**

**De 26 de Dezembro**

Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento, de acordo com as conclusões do relatório apresentado pela instrutora do processo disciplinar, tendo-lhe sido aplicada a pena de demissão nos termos do artigo 28.º alínea *o)* do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública.

**Deliberação n.º 017/2012**

**De 26 de Dezembro**

António Silva Santos, fiscal, da Câmara Municipal da Ribeira Brava, concedida, licença sem vencimento, de acordo com o parecer da Divisão dos Recursos Humanos, por um período de 1 (um) ano com efeito a partir de 2 de Janeiro de 2013.

**Deliberação n.º 004/2013**

**De 8 de Janeiro**

Maria José Sentinha Lopes de Andrade, ajudante de serviços gerais no gabinete técnico da Câmara Municipal da Ribeira Brava, concedida, licença sem vencimento, de acordo com o parecer da Divisão dos Recursos Humanos, por um período de um ano, com efeito a partir de 26 de Novembro de 2012.

**Despachos n.º 374/2013** – De S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava:

De 28 de Agosto de 2012:

Jovenal Neves Gonçalves, técnico superior, referência 13, escalão B, do quadro do pessoal da Câmara Municipal, nomeado por urgente conveniência de serviço, para exercer as funções de Chefe de Divisão do Património - Nível II, ao abrigo das disposições combinadas nos artigos 8.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, alterado pela Lei n.º 77/III/90, de 29 de Junho, artigos 39.º n.º 1, e 40.º n.º 1, do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, e alínea *a)* artigo 14.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 3 de Setembro de 2012.

Natalina Fortes Silva, técnico superior, referência 13, escalão D, do quadro da Câmara Municipal da Ribeira Brava - São Nicolau, por urgente conveniência de serviço, é reconduzida no cargo, para em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Secretária Municipal, nos termos do artigo 8.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, alterado pela Lei n.º 77/III/90, de 29 de Junho, artigo 112.º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho, e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 5/98, de 9 de Março, com efeitos a partir de 13 de Agosto de 2012.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 3.1.1.1 do Municipal Vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas, aos 16 de Outubro de 2012).

**Comunicação n.º 10/2013**

Comunica, que Erique Sandro Soares Silva, operário semi-qualificado, referência 5, escalão A, da Câmara Municipal da Ribeira Brava, que se encontrava de licença sem retribuição, por um período de um ano, desde 1 de Julho de 2011, retomou as suas funções no dia 3 de Julho de 2012.

Câmara Municipal da Ribeira Brava, aos 5 de Março de 2012. – Divisão de Recursos Humanos, *Josefa Helena da Graça*.

## MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DO FOGO

### Câmara Municipal

**Extracto de deliberação nº 21/2013** – Da Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo:

De 11 de Janeiro de 2013:

Mário Nunes Pires Monteiro, nomeado, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Delegado Municipal de Chã das Caldeiras, nos termos do artigo 118º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, com efeitos a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

**Extracto de deliberação nº 22/2013** – Da Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo:

De 25 de Janeiro de 2013:

Erasmo de Oliveira Fonseca, assistente administrativo, referência 6, escalão A, do quadro do pessoal, nomeado, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Chefe da Secção de Juventude, Educação e Desportos, nos termos do nº 2, do artigo 40º do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho, com efeitos a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

Manuel dos Reis Santos Andrade, técnico profissional nível I, referência 8, escalão A, do quadro do pessoal, nomeado, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Chefe da Secção de Finanças, Orçamento e Património nos termos do nº 2, do artigo 40º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, com efeitos a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

Os encargos resultantes da nomeação têm cabimentos na dotação inscrita no Código 02.01.01.03,02 - DAF - Recrutamentos e Nomeações, do Orçamento Municipal para o ano económico de 2013. – (Visados pelo Tribunal de Contas em 4 de Março de 2013).

Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo, aos 22 de Março de 2013. – O Secretário Municipal, *João Fernandes Fortes*.

—o—

## MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DE SANTIAGO

### Câmara Municipal

**Extracto de deliberação nº 23/2013** – Da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago:

De 25 de Setembro de 2012:

Jacinto Landim Horta, professor, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Chefe Divisão de Juventude e Desporto, nos termos do artigo 40º, nº 1 do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho, conjugado com o artigo 14º alínea a) da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, alínea d) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, e artigo 24º nº 4 da Estrutura Orgânica desta Câmara Municipal.

Domingos Mendonça Horta, professor, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Chefe Divisão de Saneamento Básico, nos termos do artigo 40º, nº 1 do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho, conjugado com o artigo 14º alínea a) da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, alínea d) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, e artigo 20º nº 4 da Estrutura Orgânica desta Câmara Municipal.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no orçamento municipal vigente para o ano económico de 2013. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 31 de Janeiro de 2013).

**Extracto de deliberação nº 24/2013** – Da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago:

De 27 de Novembro de 2012:

Jorge Barbosa de Sousa, licenciado em ciência política, ramo de estado e administração pública, contratado em regime de prestação de serviço (avença) para, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 8º, nº 4 do Decreto-Lei nº 46/89, de 26 de Junho, alterado pela Lei nº 77/III/90, de 29 de Junho, artigos 32.º, 33.º nº 1, alínea b) e 3 e 34.º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, e alínea d), do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, com efeito a partir da data de deliberação, para prestar serviço técnico no Gabinete de Comunicação e Imagem de carácter permanente à Câmara Municipal de Santa Catarina.

O presente contrato é válido pelo período de 12 (doze) meses, renovável por igual período e sucessivo, se não for denunciado por qualquer das partes, com a antecedência prevista na lei.

O contratado receberá uma retribuição mensal ilíquida de montante equivalente a 70.000\$00 (setenta mil escudos), sujeita a descontos e deduções legais, actualizável sempre que houver revisão da tabela salarial da Função Pública.

O encargo correspondente serão suportado pela dotação inscrita no código económico 03.63.35 do orçamento municipal para o ano económico de 2013. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 21 de Dezembro de 2012).

**Despacho nº 375/2013** – De S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago:

De 10 de Outubro de 2012:

Jaqueline do Rosário da Rosa Brito, técnica superior, referencia 13, escalão A, definitivo do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago, - concedida prorrogação de licença para formação pelo período de 1 (um) ano, nos termos do disposto no artigo 65º, nº 1 e 2 do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeito a partir do dia 2 de Outubro de 2012.

**Despacho nº 376/2013** – De S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago:

De 15 de Outubro de 2012:

Amândio Ermelindo Rodrigues de Pina Gomes, técnico superior, referencia 13, escalão B, definitivo do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago, concedida licença sem vencimento de longa duração, nos termos do disposto no artigo 50º, do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeito a partir do dia 15 de Outubro de 2012.

**Despacho nº 377/2013** – De S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago:

De 11 de Janeiro de 2013:

Ismael Seidu de Sousa Teixeira, condutor auto de pesado, nomeado para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de condutor auto do Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina, ao abrigo do disposto nos nºs 1, 2 e 3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 26/2011, de 18 de Julho, e os nº 1 e 2 do artigo 108º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, com efeito a partir da data do despacho.

A despesa resultante tem cabimento na dotação inscrita no Orçamento do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal do Município de Santa Catarina. – (Isento do visto do Tribunal de Contas, nos termos da Lei vigente).

Câmara Municipal de Santa Catarina, aos 5 de Fevereiro de 2013. – O Presidente, *Francisco Fernandes Tavares*.

MUNICIPAL DE SÃO FILIPE

MUNICIPAL DO SAL

Câmara Municipal

**Despacho nº 378/2013** – De S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da Câmara Municipal de São Filipe:

De 1 de Março de 2013:

Lia Andrade Monteiro Barbosa Lopes, bacharelato em psicologia social e das organizações, nomeada para nos termos do artigo 108º nº 2 da Lei nº 134/IV/95, conjugado com o artigo 3º do Decreto-Lei nº 26/2011 de 18 de Julho, exercer o cargo de Directora de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de São Filipe, com efeitos a partir de 1 de Março de 2013.

Câmara Municipal de São Filipe, aos 28 de Fevereiro de 2013. – O Secretário Municipal, *José Pedro Gonçalves*.

Câmara Municipal

**Despacho conjunto nº 379/2013** – De S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da Câmara Municipal do Sal e S. Ex<sup>a</sup> o Presidente do Conselho de Administração dos TACV:

De 21 de Janeiro de 2013:

Jucelino Lima Cardoso, do quadro de pessoal dos Transportes Aéreos de Cabo Verde, é requisitado, ao abrigo do disposto no nº 5 do artigo 42º da Lei 42/VII/2009, de 27 de Julho, conjugado com o artigo 13º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro, para exercer na Câmara Municipal do Sal, o cargo de chefe do posto administrativo da Palmeira, com efeito a partir do dia 1 de Fevereiro de 2013.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 03.62.01.02., do orçamento vigente da Câmara Municipal do Sal. – (Isento do visto do Tribunal de Contas nos termos da alínea a) nº 1 do artigo 14º da Lei nº 84/IV/93 de 12 de Julho).

Câmara Municipal do Sal e Conselho Administrativo dos TACV, aos 21 de Janeiro de 2013. – Os Presidentes, João Pereira e Jorge Eduardo St' Aubyn de Figueiredo.



II SÉRIE  
**BOLETIM  
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: [www.incv.cv](http://www.incv.cv)



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.  
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09  
Email: [kioske.incv@incv.cv](mailto:kioske.incv@incv.cv) / [incv@incv.cv](mailto:incv@incv.cv)

**I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.**



# BOLETIM OFICIAL

## ÍNDICE

### PARTE J

#### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

##### *Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:*

#### Extracto publicação de sociedade nº 99/2013:

Certifica a sociedade “LINGMIN JIA - “LOJA” .....65

#### Extracto publicação de sociedade nº 100/2013:

Certifica um registo de transmissão, da sociedade comercial denominada “KAFAR, COMÉRCIO, SERVIÇOS, INDÚSTRIA, MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA” ..... 65

#### Extracto publicação de sociedade nº 101/2013:

Certifica um registo de alteração da forma de obrigar da sociedade comercial denominada “CARLOS VEIGA, LDA” .....65

#### Extracto publicação de sociedade nº 102/2013:

Certifica um registo de alteração do objecto da sociedade comercial denominada “CAVACAS ALVES CV, LDA”. um registo de alteração do objecto da sociedade comercial denominada “CAVACAS ALVES CV, LDA” .....66

#### Extracto publicação de sociedade nº 103/2013:

Certifica um registo de aumento do capital e admissão de sócia, alteração da denominação, recomposição da gerência e vinculação da sociedade comercial denominada “CASA DOS SABORES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA” .....66

#### Extracto publicação de sociedade nº 104/2013:

Certifica um registo de alteração da gerência da sociedade comercial denominada “ECOVISÃO – CABO VERDE, LDA” .....66

#### Extracto publicação de sociedade nº 105/2013:

Certifica um registo de alteração do objecto e vinculação da sociedade comercial denominada “SPGR – SOCIEDADE DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE GABIÕES E REDES, IMPORTAÇÃO, LDA” .....67

<b>Extracto publicação de sociedade nº 106/2013:</b>	
Certifica a alteração do pacto social da sociedade “ATLANTUR – VIAGENS E TURISMO LDA.” .....	67
<b>Extracto publicação de sociedade nº 107/2013:</b>	
Certifica um registo de divisão, cessão, unificação de quotas e alteração parcial do pacto social da sociedade “POR DO SOL – RESIDENCE, LDA” .....	67
<b>Extracto publicação de sociedade nº 108/2013:</b>	
Certifica um registo de aumento de capital da sociedade por quotas, denominada “SUBMARINE CENTER, LDA” .....	67
<b>Extracto publicação de sociedade nº 109/2013:</b>	
Certifica um registo de cessão e unificação de quotas, alteração de gerência, vinculação e de denominação da sociedade denominada “BOM FIM 2000, LDA” .....	68
<b>Extracto publicação de sociedade nº 110/2013:</b>	
Certifica um registo de alteração de denominação e objecto social a sociedade denominada “BOACASA SERVICE, LDA” .....	68
<b>Extracto publicação de sociedade nº 111/2013:</b>	
Certifica um registo de divisão, cessão de quotas e alteração de gerência, vinculação e do pacto social da sociedade, denominada “SAMPEI FISH, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA” .....	68
<b>Extracto publicação de sociedade nº 112/2013:</b>	
Certifica a sociedade comercial “SERVICE MAIO – ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS, LDA” .....	69
<b>Extracto publicação de sociedade nº 113/2013:</b>	
Certifica uma associação com a denominação “ASSOCIAÇÃO CAPRINO DO PORTO NOVO”. .....	69
<b>Extracto publicação de sociedade nº 114/2013:</b>	
Certifica um averbamento de alteração do pacto social, referente á sociedade comercial denominada, “MLCV INVEST, LDA” .....	69
<b>Extracto publicação de sociedade nº 115/2013:</b>	
Certifica um averbamento de alteração do pacto social, referente á sociedade comercial denominada, “IMO BOA ESPERANÇA, LDA”. .....	70
<b>Extracto publicação de sociedade nº 116/2013:</b>	
Certifica uma associação denominada “ASSOCIAÇÃO DO GRUPO DOS PESCADORES DE CUTELINHO - JOVENS UNIDOS” .....	70
<b>Extracto publicação de sociedade nº 117/2013:</b>	
Certifica um averbamento duma cessão de quotas da sociedade denominada “PRAIA BRANCA, SERVIÇOS TURÍSTICOS, LIMITADA”. .....	70
<b>Extracto publicação de sociedade nº 118/2013:</b>	
Certifica um averbamento duma cessão de quotas referente à sociedade denominada “SERRA NEGRA IMOBILIARIA, LIMITADA”. .....	71
<b>MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E ECONOMIA MARÍTIMA:</b>	
<b>Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares:</b>	
<b>Deliberação nº 012/2013:</b>	
Conceder a empresa “SPENCER HOMES, ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIEDADE E CONDOMÍNIOS, LDA”, autorização para o exercício da actividade de Administração de Condomínios. ....	71
<b>BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTO, S.A.</b>	
<b>Assembleia Geral:</b>	
<b>Convocatória nº 4/2013:</b>	
Convoca os accionistas da sociedade “BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS CABO VERDE, S.A. (BAICV)”, para se reunirem em assembleia geral.....	71
<b>CIMPOR DE CABO VERDE, S.A.</b>	
<b>Assembleia Geral:</b>	
<b>Convocatória nº 5/2013:</b>	
Convoca os accionistas da Cimpor de Cabo Verde, S.A para se reunirem em assembleia-geral ordinária.....	71
<b>SOGEI, S.A.</b>	
<b>Assembleia Geral:</b>	
<b>Convocatória nº 6/2013:</b>	
Convoca os senhores obrigacionistas para se reunirem em assembleia geral de obrigacionistas. ....	72
<b>NAVIERA ARMAS CABO VERDE, SA</b>	
<b>Assembleia Geral:</b>	
<b>Convocatória nº 7/2013:</b>	
Convoca os accionistas da “NAVIERA ARMAS CABO VERDE, SA.”, para se reunirem em assembleia geral ordinária.....	72

**PARTE E****MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Direcção-Geral dos Registos, Notariado  
e Identificação****Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia****Extracto publicação de sociedade nº 99/2013:****CERTIFICA**

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula n.º 7457/2013/01/23 - LINGMIN JIA - “LOJA”;
- c) Que foi requerida pelo n.º 4;
- d) Que ocupa duas folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva o carimbo a óleo em uso nesta Conservatória.

Validade: 23/01/2014 - Artigo 129.º, n.º 2- Dec-Lei n.º 10/2010, de 29 de Março - I Série, *Boletim Oficial* n.º 20, de 24 de Maio.

CONTA Nº 104/2013:

Artº 22º nº 2.7 3000\$00.

Requerimento 200\$00.

C.G.J. 500\$00.

Selo 555\$00.

SOMA 4.255\$00.

São: (quatro mil duzentos e cinquenta e cinco escudos).

LINGMIN JIA “LOJA”.

NIF 160502748.

A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

Ap.04/2013/01/23.

IDENTIFICACAO CIVIL: LINGMIN JIA.

Estado civil: casado no regime de comunhão de adquiridos com Xiao Chun Zha.

Naturalidade: Zhejiang.

País: República Popular da China.

Residência: Terra Branca - cidade da Praia.

ACTIVIDADE COMERCIAL:

Loja - Venda de géneros alimentícios, plásticos, mobiliário, roupas, cortinados, sapatos, bijuterias, cosméticos, brinquedos, loiças, produtos de limpeza e higiene, electrodomésticos, materiais escolares, mosaicos e azulejos.

ESTABELECIMENTO PRINCIPAL:

Terra Branca - cidade da Praia.

NATUREZA; DEFINITIVA

A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Extracto publicação de sociedade nº 100/2013:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de transmissão, resultante de cessão de quotas da sociedade comercial denominada “KAFAR, COMÉRCIO, SERVIÇOS, INDÚSTRIA, MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA”, com sede em Palmarejo - cidade da Praia e o capital social de 5.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 1811/2005/06/08.

CEDENTE: João André Damião da Silva.

Estado civil: solteiro, maior.

Residência: Rua Abade Faria, n.º 22, 1.º Dtº, Mercês 2725-475, Mem Martins, Portugal.

Nif: 152482407.

QUOTA TRANSMITIDA: 1.200.000\$00.

CESSIONÁRIO: José Carlos Ferreira Urbano.

Estado civil: divorciado.

Residência: Condomínio Mira Mar, Edifício J, 1.º Esq., Palmarejo - Cidade da Praia.

Nif: 154734578.

Artigo alterado: 3.º

Termos da alteração:

SÓCIOS E QUOTAS:

- José Carlos Ferreira Urbano, 2.600.000\$00

- José Carlos Ferreira Urbano, 1.200.000\$00

- José Carlos Ferreira Urbano, 1.200.000\$00.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 28 de Fevereiro de 2013. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Extracto publicação de sociedade nº 101/2013:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de alteração da forma de obrigar da sociedade comercial denominada “CARLOS VEIGA, LDA”, com sede em Tira Chapéu, Cidade da Praia e o capital social de 17.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 92/1983/12/24.

Artigo alterado: 5.º

Termos da alteração:

A gerência e a administração da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, são confiadas aos sócios Carlos Albertino Barreto de Carvalho Veiga, José Tomás Lima Veiga, Carlos Albertino Veiga e Paulo Jorge Lima Veiga, que, desde já, ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração conforme for deliberado em assembleia geral.

Parágrafo primeiro) - Para a sociedade se considerar validamente obrigada em todos os actos e contractos pelas assinaturas conjuntas de pelo menos dois dos sócios referidos no corpo do presente artigo.

Parágrafo segundo) - A gerência poderá nomear mandatários ou procuradores para a prática de determinados atos ou categorias de atos.

Parágrafo terceiro) - A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, letras ou avales de favor ou em contractos, atos ou documentos estranhos aos fins sociais.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 7 de Março de 2013. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

---

**Extracto publicação de sociedade n.º 102/2013:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de alteração do objecto da sociedade comercial denominada “CAVACAS ALVES CV, LDA”, com sede na Avenida Santo Antão, cidade da Praia e o capital social de 200.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 20547/2012/01/26.

Artigo alterado: 3.º.

Termos da alteração:

OBJECTO: Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos, n.e.,

Obtenção e primeira transformação de metais preciosos e metais não ferrosos.

Comércio por grosso e a retalho de plásticos e suas obras.

Comércio por grosso e a retalho de borrachas e suas obras.

Comércio por grosso e a retalho de pastas de madeiras ou outras matérias fibrosas.

Comércio por grosso a retalho de papel de vinil e cartão.

Comércio por grosso e a retalho de vestuários e acessórios excepto malha.

Comércio por grosso e a retalho de calçados, chapéus.

A sociedade pode adquirir participações em sociedades com objeto diferente daquele que exerce, ou em sociedades reguladas por leis especiais, e integrar agrupamentos complementares de empresas.

A sociedade dedica-se à importação e exportação.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 17 de Março de 2013. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

---

**Extracto publicação de sociedade n.º 103/2013:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de aumento do capital e admissão de sócia, alteração da denominação, recomposição da gerência e vinculação da sociedade comercial denominada “CASA DOS SABORES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA”, com sede na Avenida de Santiago, Palmarejo, cidade da Praia e o capital social de 250.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 2926/2009/02/05.

MONTANTE DO AUMENTO: 250.000\$00, realizado em dinheiro.

Artigos alterados: 1.º, 4.º, 5.º e 7.º.

Termos das alterações:

FIRMA: CASA DOS SABORES, LDA”.

CAPITAL: 500.000\$00.

**SÓCIOS E QUOTAS:**

QUOTA: 275.000\$00.

Titular: Telma Sofia Nunes da Silva.

Estado civil: Solteira, maior.

Residência: Palmarejo, cidade da Praia.

Nif: 108989936.

QUOTA: 225.000\$00.

Titular: Matilde Gião Piçarra Ferreira Viegas.

Estado civil: Solteira, maior.

Residência: Palmarejo, cidade da Praia.

Nif: 165453117.

GERÊNCIA: Exercida pelas sócias:

Nome: Telma Sofia Nunes da Silva.

Cargo: Gerente.

Nome: Matilde Gião Piçarra Ferreira Viegas.

Cargo: Gerente.

FORMA DE OBRIGAR: Com a assinatura conjunta das sócias gerentes Telma Sofia Nunes da Silva e Matilde Gião Piçarra Ferreira Viegas ou pelo procurador nomeado nos termos do artigo 5.º, n.º 2 dos estatutos.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 19 de Março de 2013. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

---

**Extracto publicação de sociedade n.º 104/2013:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de alteração da gerência da sociedade comercial denominada “ECOVISÃO - CABO VERDE, LDA”, com sede na Rua Ilha do Maio, Palmarejo, cidade da Praia e o capital social de 300.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 19364/2011/06/17.

Artigo alterado: 5.º, n.º 2.

Termos da alteração:

GERÊNCIA: Exercida pelos senhores:

Nome: José António Leitão Dias.

Cargo: Gerente.

Residência: Palmarejo, cidade da Praia.

Nome: Tiago Nuno da Silva Melo Patrício.

Cargo: Gerente.

Domicílio profissional: Rua Maria da Paz Varzim, n.º 116, na Póvoa de Varzim.

Nif: 217047238.

Nome: Maria João da Rocha Martins.

Cargo: Gerente.

Domicílio profissional: Rua Maria da Paz Varzim, n.º 116, na Póvoa de Varzim.

Nif: 178055581.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 19 de Março de 2013. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Extracto publicação de sociedade nº 105/2013:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de alteração do objecto e vinculação da sociedade comercial denominada “SPGR – SOCIEDADE DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE GABIÕES E REDES, IMPORTAÇÃO, LDA”, com sede em São Francisco, cidade da Praia e o capital social de 5.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 2376/2007/06/19.

Artigos alterados: 3.º E 6.º.

Termos da alteração:

**OBJECTO:** Importação de matéria-prima: arame galvanizado, vara de ferro e acessórios, produção e comercialização de gabiões, redes e outros produtos confeccionados a partir de arame galvanizado e ferro, construção de muros em gabiões, estruturas metálicas, alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias, vedação de ajardinamentos infra-estruturas de desporto e de lazer, obras de protecção costeira, barragens e diques, paredes de contenção e tratamento de taludes, vias de circulação ferroviária, saneamento básico e calcetamento.

**FORMA DE OBRIGAR:** Pela assinatura da gerente.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 20 de Março de 2013. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Conservatória dos Registos da Região de 1ª Classe de São Vicente****Extracto publicação de sociedade nº 106/2013:****CERTIFICA**

- Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº 2266245080/2190620121112 - ATLANTUR - VIAGENS E TURISMO, LDA”;
- Que foi requerida pelo nº 3 do diário do dia 25 de Fevereiro de 2013 por Auxiliadora Maria O. dos Santos Lima;
- Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 188/2013:

Artº 22º 11.2) .....	200\$00
SOMA .....	200\$00
15% de selo .....	200\$00
SOMA TOTAL.....	400\$00

São: (quatrocentos escudos).

Alteração dos artigos 4º e 5º do pacto social da sociedade “ATLANTUR – VIAGENS E TURISMO LDA” Matriculada na Conservatória dos Registos de São Vicente, sob o nº 266245080/2190620121112:

Artigo 4º

**Capital social**

Aumento do capital social de 5.000.000\$00 para 8.000.000\$00, aumento de 3.000.000\$00, realizado em dinheiro pelos sócios, “MORABITUR, LDA” 1.100.000\$00, Emanuel Ramos Varela Monteiro - 1.100.000\$00 e Benoit Vilain - 800.000\$00.

Artigo 5º

Gerência

Ficam nomeados gerentes, “MORABITUR, LDA”, representado por Armando Alves Ferreira da Silva, Emanuel Ramos Varela Monteiro e Benoit Vilain.

A sociedade obriga-se com a assinatura de (2) dois gerentes.

Foi depositado na pasta respectiva o texto actualizado do contrato.

Esta conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 25 de Fevereiro de 2013. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

**Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe da Boa Vista****Extracto publicação de sociedade nº 107/2013**

A CONSERVADORA: JACILENE ROMI FORTES LOPES

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, a meu cargo, se encontra exarado um registo de divisão, cessão, unificação de quotas e alteração parcial do pacto social da sociedade por quotas, denominada “POR DO SOL - RESIDENCE, LDA” com sede na Cidade de Sal - Rei, Boa Vista, com o capital social de 255.000\$00, matriculada sob o nº58/2012.

**CEDENTE:** Renato Evarchi, divorciado, natural da Itália, residente na Cidade de Santa Maria - Sal.

**QUOTA DIVIDIDA:** 80.000\$00.**QUOTA TRANSMITIDA:** 75.000\$00.

**CESSIONÁRIA:** “MASER LDA”, com sede em Sal-Rei Boa Vista, matriculada na Casa do Cidadão sob o nº 1423420100225, com o capital social de trezentos mil escudos.

**QUOTA TRANSMITIDA:** 10.000\$00.

**CESSIONÁRIA:** “OCEANO AZUL BOA VISTAS - IMOBILIÁRIA, LDA” com sede em Sal-Rei Boa Vista, matriculada sob o nº 34/2010/10/31, com o capital de duzentos e cinquenta mil escudos.

**QUOTA UNIFICADA:** 170.000\$00 + 75.000\$00.**QUOTA RESULTANTE:** 245.000\$00.**TITULAR INSCRITO:** “MASER,LD”

Artigos alterados: 3º, 5º e 8º

Artigo 3º

A sociedade tem por objecto a promoção imobiliária, promoção e construção de infraestruturas turísticas e/ou de utilidade turística; Gestão de empreendimentos turísticos, hotéis e restaurantes; Desportos náuticos; Aluguer de embarcações de recreia, de automóveis, de ciclomotores e de bicicletas.

Em geral, actividades de atracção e entretenimento turístico, como gestão de sala de diversões.

Artigo 5º

**Capital:** 255.000\$00 (duzentos e cinquenta e cinco mil escudos

- MASER,LDA”;

- “OCEANO AZUL BOA VISTAS-IMOBILIÁRIA,LDA”;

Artigo 8º

O gerente tem os mais amplos poderes de gestão e de representação da sociedade, com excepção da venda de bens imóveis, que requer a assinatura de um gerente, com conjunto com um procurador.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe da Boa Vista, aos 5 de Dezembro de 2012. – A Conservadora, *Jacilene Romi Fortes Lopes*.

**Extracto publicação de sociedade nº 108/2013**

A CONSERVADORA: JACILENE ROMI FORTES LOPES

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, a meu cargo, se encontra exarado um registo de aumento de capital da sociedade por quotas, denominada “SUBMARINE CENTER, LDA”, com sede na Cidade de Sal - Rei, com o capital social de 300.000\$00, matriculada nesta Conservatória sob o número 331.

MONTANTE DO AUMENTO: 5.213.250\$00.

**CAPITAL:** O capital social é de 5.513.250\$00 (cinco milhões, duzentos e treze mil, duzentos e cinquenta escudos) e distribuído da seguinte forma:

1. Atila Muradas Amaro; 2.756.625\$00;
2. Rosaria Inês Fabiano; 2.756.625\$00.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe da Boa Vista, aos 25 de Fevereiro de 2013. – A Conservadora, *Jacilene Romi Fortes Lopes*.

**Extracto publicação de sociedade nº 109/2013**

A CONSERVADORA: JACILENE ROMI FORTES LOPES

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, a meu cargo, se encontra exarada um registo de cessão e unificação de quotas, alteração de gerência, vinculação e de denominação a sociedade por quotas, denominada “BOM FIM 2000, Lda”, com sede na Cidade de Sal-Rei, com o capital social de 1.000.000\$00, matriculada sob o nº 94.

**CEDENTE:** Gian Battista Pancibni, casado sob o regime de separação, natural de Itália, residente nesta cidade Sal-Rei Boa Vista.

QUOTA TRANSMITIDA: 810.000\$00.

**CESSIONÁRIO:** Lorenzo Pancini, casado sob o regime de separação de bens com Laura Gamba, natural de Itália, de passagem por esta cidade.

QUOTAS UNIFICADAS: 810.000\$00 + 190.000\$00.

QUOTA RESULTANTE: 1.000.000\$00.

Artigos alterados: 1º, 4º e 5º.

**Artigo 1º**

A sociedade adapta-se a denominação “BOM FIM 2000, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA”.

**Artigo 4º**

Capital é de 1.000.000\$00 (um milhão de escudos), integralmente realizado e corresponde a única quota pertencente ao sócio único Lorenzo Pancini.

**Artigo 5º**

A gerência da sociedade é exercida pelo senhor Gian Battista Pancini e pelo sócio Lorenzo Pancini.

A sociedade vincula-se pela assinatura de qualquer um dos gerentes.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe da Boa Vista, aos 25 de Fevereiro de 2013. – A Conservadora, *Jacilene Romi Fortes Lopes*.

**Extracto publicação de sociedade nº 110/2013**

A CONSERVADORA: JACILENE ROMI FORTES LOPES

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, a meu cargo, se encontra exarada um registo de alteração de denominação e objecto social a sociedade por quotas denominada “BOACASA SERVICE, LDA”, com sede na Cidade de Sal - Rei, com o capital social de 400.000\$00, matriculada sob o nº 85/2011.

Artigos alterados: 1º e 3º

**Artigo 1º**

A sociedade adapta-se a denominação “BOACASA SERVICE GESTÃO E MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMINIOS, LDA”.

**Artigo 3º**

A sociedade tem por a realização de actividade de gestão e mediação imobiliária, designadamente a compra e venda de imóveis, a mediação imobiliária; A importação, a manutenção e conservação de bens imóveis e a gestão contabilística; Gestão e administração de condomínios.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe da Boa Vista, aos 5 de Março de 2013. – A Conservadora, *Jacilene Romi Fortes Lopes*.

**Extracto publicação de sociedade nº 111/2013**

A CONSERVADORA: JACILENE ROMI FORTES LOPES

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, a meu cargo, se encontra exarada um registo de divisão, cessão de quotas e alteração de gerência, vinculação e do pacto social da sociedade unipessoal por quotas, denominada “SAMPEI FISH, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA”, com sede na Cidade de Sal - Rei, com o capital social de 200.000\$00, matriculada sob o nº 348/2012.

QUOTAS DIVIDIDA: 200.000\$00.

QUOTA TRANSMITIDA: 100.000\$00.

**CEDENTE:** Daniele Iacoangeli, solteiro, maior, natural da Roma-Itália, residente em Itália.

**CESSIONÁRIO:** Roberto Castelletto, solteiro, maior, natural de Milam - Itália, residente em Sal Rei-Boa Vista.

Artigos alterados: 1º, 4º, 5º e 6º.

**Artigo 1º**

A sociedade adapta-se a denominação “SAMPEI FISH, LDA”

**Artigo 4º**

Capital é de 200.000\$00 (duzentos mil escudos), integralmente realizado e distribuído da seguinte forma:

- Daniele Iacoangeli; 100.000\$00.

- Roberto Castelletto; 100.000\$00.

**Artigo 4º**

A gerência da sociedade é exercida pelos sócios Daniele Iacoangeli e Roberto Castelletto.

A sociedade vincula-se pela assinatura de qualquer um dos sócios gerentes.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe da Boa Vista, aos 7 de Março de 2013. – A Conservadora, *Jacilene Romi Fortes Lopes*.

**Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe do Maio****Extracto publicação de sociedade nº 112/2013:**

A CONSERVADORA/NOTÁRIA: CARLA MONTEIRO VARELA

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial por quotas, nos termos seguintes:

**FIRMA:** “SERVICE MAIO – ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS, LDA”.

**SEDE:** 1. FONTONA, Cidade do Porto Inglês, Maio.

2. Por simples deliberação da gerência podem ser criadas sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação no território nacional ou no estrangeiro.

**DURAÇÃO:** Tempo indeterminado.

**OBJECTO:** 1. Administração dos condomínios.

2. A sociedade pode adquirir participações em sociedades.

**CAPITAL:** 220.000\$00, realizado em dinheiro.

**NIF:** 566707020.

**SÓCIO E QUOTA:**

**QUOTA:** 55.000\$00.

**TITULAR:** Mário Fornasier.

Estado civil: casado sob o regime de separação de bens com Ornella Moro.

**NIF:** 154242861.

Residência: Cidade do Porto Inglês, Maio.

**QUOTA:** 55.000\$00.

**TITULAR:** Otnella Moto.

Estado civil: casada sob o regime de separação de bens com Mário Fornasier.

**NIF:** 154220035.

Residência: Cidade do Porto Inglês, Maio.

**QUOTA:** 55.000\$00.

**TITULAR:** Emanuela Moto.

Estado civil: Casada sob o regime de separação de bens com Leonardo Crenna.

**Nif:** 156271605.

Residência: Cidade do Porto Inglês, Maio.

**QUOTA:** 55.000\$00.

**TITULAR:** Leonardo Crenna.

Estado civil: Casado sob o regime de separação de bens com Emanuela Moro.

**Nif:** 156273659.

Residência: Cidade do Porto Inglês, Maio.

**GERÊNCIA:** Exercida pelos sócios, que ficam desde logo nomeados sócios-gerentes.

**FORMA DE OBRIGAR:**

A sociedade obriga-se pela assinatura de um dos sócios.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe do Maio, aos 12 de Março de 2013. – A Conservadora-Notária, *Carla Monteiro Varela*.

**Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Porto Novo****Extracto publicação de sociedade nº 113/2013**

CONSERVADOR/NOTÁRIO: LUCIANO DUARTE DA SILVA

**EXTRACTO**

Certifico, narrativamente para efeitos de publicação, que no dia treze do mês de Março do ano dois mil e treze, nesta Conservatória e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diverso número 16 de folhas 62 á 62 verso, uma escritura de constituição duma associação com a denominação “ASSOCIAÇÃO CAPRINO DO PORTO NOVO”, com sede na Cidade do Porto Novo, Freguesia de São João Baptista, Concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão:

Criação de animais, comercialização dos mesmos; Desenvolver o sector; Contribuir para o desenvolvimento dos seus membros e a comunidade onde esta inscrito.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe do Porto Novo, aos 13 de Março de 2013. – O Conservador/Notário, *Luciano Duarte da Silva*.

**Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina****Extracto publicação de sociedade nº 114/2013:**

A NOTÁRIA: MARIA IVETE SANTOS DA SILVA MARQUES

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, encontra-se exarado um averbamento de alteração dos artigos 3º e 4º do pacto social, referente á sociedade comercial denominada, “MLCV INVEST, LDA”, com sede social em Assomada, freguesia e concelho de Santa Catarina, matriculada nesta Conservatória sob o número 261601881/1483320100412, de doze de Abril de dois mil e dez, cujo capital social é de 500.000\$00 (quinhentos mil escudos).

**Objecto social**

Actividades industriais de produção, de fabricação de tintas, vernizes, mastiques, tintas de impressão e similares; Representação de marcas e produtos de investimentos e acabamento de obras de construção, nomeadamente, massas e tintas, comércio e importação de tintas, massas, vernizes, gessos e similares; Indústria de embalagem e equipamentos; Prestação de serviços de recrutamento de pessoal, agência de trabalho temporário e ainda de manutenção de edifícios e máquinas;

**Sócios e quotas:**

1. Nelson Rodrigo Soares Lopes, solteiro, maior, residente em Nhagar com uma quota no valor nominal de 200.000\$00 (duzentos mil escudos), correspondente e 40% do capital social;

2. Fernando Jorge Gonçalves Dias, solteiro, maior, residente em Nhagar com uma quota no valor nominal de 200.000\$00 (duzentos mil escudos), correspondente e 40% do capital social;

3. Mário Lima Vieira, solteiro, maior, residente em Paiol-Praia com uma quota no valor nominal de 100.000\$00 (duzentos mil escudos), correspondente e 20% do capital social.

Está conforme o original.

Registado sob o nº 218/2013.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, aos 15 de Fevereiro de 2013. – A Notária, *Maria Ivete Santos da Silva Marques*.

**Extracto publicação de sociedade n.º 115/2013:**

A NOTÁRIA: MARIA IVETE SANTOS DA SILVA MARQUES

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, encontra-se exarado um averbamento de alteração dos artigos 3.º e 4.º do pacto social, referente á sociedade comercial denominada, “IMO BOA ESPERANÇA, LDA”, com sede social em Assomada, freguesia e concelho de Santa Catarina, matriculada sob o número 264349113/1965420110901, de um de Setembro de dois mil e onze, cujo capital social é de 300.000\$00 (trezentos mil escudos).

## CESSÃO DE QUOTAS:

O sócio Pietro Lattanzi, cedeu a sua quota no valor de 210.000\$00 (duzentos e dez mil escudos) á “BIEMA, SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA”, NIF 1996 B 03401, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 405214107 R.C.S. Nanterre - França, com o capital social de 702.300,00 Euros (setecentos e dois mil e trezentos euros), ficando assim a quota distribuída da seguinte forma:

1. José António Gomes Lopes”, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina residente em França com uma quota no valor nominal de 30.000\$00 (trinta mil escudos);
2. Manuel Joaquim Ramos Ferreira, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Maria da Graça Pires Miranda, natural do concelho de Viana do Castelo - Portugal, residente em Rua do Cruzeiro do Bispo, com uma quota no valor nominal de 30.000\$00 (trinta mil escudos);
3. Pietro Lattanzi, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Patricia Lattanzi, natural da Itália, residente em Riolo 1 - Valle Catellana com uma quota no valor nominal de 30.000\$00 (trinta mil escudos);
4. “BIEMA, SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA”, com a sua sede em 317 a 325, Rue de Garenne à Nanterre 92000, já identificada, representada neste acto pelo sócio gerente Pietro Lattanzi, com uma quota no valor nominal de 210.000\$00 (duzentos e dez mil escudos).

## OBJECTO SOCIAL:

Importação de materiais de construção, de restauração, de bebidas e géneros alimentícios; Actividades Imobiliárias por conta própria; Actividades Imobiliárias por, conta de outrem; Construção de auto-estradas, estradas, aeroportos e vias férreas; Construção de obras de engenharia civil; Demolição e preparação de locais de construção; Instalações de canalização e de climatização; Outras instalações de construção; Actividades de acabamentos de edifícios; Aluguer de equipamentos de construção e de demolição com operador e outras obras; Especializadas de construção; Comercio por grosso de materiais de construção (excepto madeira e cimento) equipamentos sanitário; Comercio a retalho de ferragens, tintas, vidros, equipamentos sanitários, ladrilhos e similares; Estabelecimentos hoteleiros; Restaurantes; Indústrias de bebidas e alimentares; Comércio de veículos automóveis; Fabricação de máquinas para indústrias alimentares e as bebidas; Recolha de resíduos não perigosos; Fabricação de máquinas para indústrias extrativas e para construção; Aluguer e equipamentos para construção e engenharia; Fabricação de máquinas de betão, gesso, cimento e marmorite; Importação de viaturas, maquinas, equipamentos e acessórios para construção civil a exportação.

Está conforme o original.

Registada sob o n.º 1004/2013.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, aos 1 de Março de 2013. – A Notária, *Maria Ivete Santos da Silva Marques*.

**Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Cruz****Extracto publicação de sociedade n.º 116/2013:**

O NOTÁRIO SUBSTITUTO: EUSÉBIO FELISBERTO LOPES HORTA

## EXTRACTO

Certifico, narrativamente e para efeitos de publicação, nos termos do disposto na alínea *b*) do número 1 do artigo 9.º da Lei 25/VI/2003, de 21 de Julho, que no Cartório Notarial de Santa Cruz e no dia vinte e um de Janeiro de dois mil e treze, foi lavrada a folhas de 94 a 95 do livro de notas para escrituras diversas, número 30/A uma escritura pública de constituição de uma associação denominada “ASSOCIAÇÃO DO GRUPO DOS PESCADORES DE CUTELINHO - JOVENS UNIDOS”, 566510669, que terá a sua sede em Cutelinho - Santa Cruz, tendo por finalidade:

Lutar contra os males sociais (drogas, doenças sexualmente transmissível e outros); formação e informação dos jovens na pesca; promover igualdade e equidade de género e ajudar no combate a VBG; desenvolver ações de solidariedade a favor de pessoas vulneráveis e luta contra pobreza; contribuir e participar na proteção do meio ambiente e restauração do património local sobretudo zonas costeiras; criar espaço de lazer e convívio na comunidade; estabelecer e desenvolver relações de cooperação e intercâmbio com associações congéneres e não só; estabelecer e desenvolver relações com organismo nacionais, governamentais ou não governamentais.

Conta registada sob o n.º 55/2013.

Cartório Notarial de Santa Cruz, ao 21 de Janeiro de 2013. – O Notário/subs. *Eusébio Felisberto Lopes Horta*.

**Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe do Sal****Extracto publicação de sociedade n.º 117/2013:**

A CONSERVADORA: FRANCISCA TEODORA LOPES

## EXTRACTO

Certifico narrativamente, para efeito de publicação, que foi feito um averbamento numa cessão de quotas da sociedade denominada “PRAIA BRANCA, Serviços Turísticos, Limitada”, matriculada nesta Conservatória sob o n.º 841/04.10.19, nos termos seguintes:

Artigo 5.º

**(Capital social)**

Capital social é 30.000.000\$00 (trinta milhões de escudos) e encontra-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro, distribuído entre os sócios nas seguintes proporções:

1. “CABO GEST, LIMITADA”, sociedade com sede na Vila de Santa Maria, matriculada nesta Conservatória sob o n.º 2064, com uma quota no valor de 15.000.000\$00;
2. Maria Isabel Foito Duarte Claudino, casada no regime de comunhão de bens, com uma quota no valor de 7.500.000\$00;
3. Paolo Cattaruzza casado sob o regime de separação de bens, com uma quota no valor de 7.500.000\$00.

Conta n.º 235/2013.

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe do Sal, aos 6 de Março de 2013. – A Notária, *Francisca Teodora Lopes*.

**Extracto publicação de sociedade nº 118/2013:**

A CONSERVADORA: FRANCISCA TEODORA LOPES

**EXTRACTO**

Certifico, para efeito da publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, encontra-se exarado um averbamento duma cessão de quotas referente à sociedade denominada “SERRA NEGRA IMOBILIÁRIA, LIMITADA”, matriculada na Casa do Cidadão - Sal sob o nº 01261/2008.07.02.

Em consequência o artigo 4º dos estatutos passa a ter a seguinte redacção:

**Artigo 4º****(Capital social)**

O capital social é de 200.000\$00 (duzentos mil escudos), totalmente subscrito e realizado em dinheiro, correspondendo á soma das quotas distribuída pelos sócios de igual valor nominal.

1. Uma quota no valor nominal de 100.000\$00 (cem mil escudos), pertencente ao sócio Herminio Lourenço Duarte Monteiro;
2. Uma quota no valor nominal de 100.000\$00 (cem mil escudos), pertencente ao sócio, Felisbela Almeida Barros Monteiro.

Conta nº 220/2013.

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe do Sal, aos 28 de Fevereiro de 2013. – A Notária, *Francisca Teodora Lopes*.

—oŝo—

## MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E ECONOMIA MARÍTIMA

### Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares

DELIBERAÇÃO Nº 012/2013

A Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares (CAEOPP) deliberou na sua sessão ordinária de 1 de Março de 2013, conceder a empresa “SPENCER HOMES, ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIEDADE E CONDOMÍNIOS, LDA”, com sede social na Cidade da Praia, e registo comercial nº 3286/2011/11/29 - Praia, representada pela sócia gerente, Salamith Teixeira Spencer Lopes, residente na Cidade da Praia, ao abrigo do disposto no artigo 9º e seguintes do Decreto-Lei nº 58/2010, de 6 de Dezembro, autorização para o exercício da actividade de Administração de Condomínios.

A presente deliberação só se torna eficaz com a emissão da respectiva licença.

A Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares, na Praia, aos 1 de Março de 2013. – A Presidente, *Maria Dulce Araújo de Melo*.

—oŝo—

## BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTO, S.A.

### Assembleia Geral

Convocatória nº 4/2013

Sob a égide e nos termos e para os efeitos do artigo 408º do Código das Empresas Comerciais, são convocados, por solicitação do conselho de administração os accionistas da sociedade “BANCO ANGOLANO DE

INVESTIMENTOS CABO VERDE, S.A. (BAICV)”, sociedade anónima, de direito cabo-verdiano, matriculada na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel da Praia sob o nº 2728/2008/03/31, com capital social de ECV 2.000.000.000\$00 (dois mil milhões de escudos cabo-verdianos), a reunirem em assembleia geral, que se realizará no dia 19 de Abril de 2013, às 11:00 horas, na sede da sociedade sita no edifício Santa Maria, R/C, Chã D’Areia, Cidade da Praia, com a seguinte.

**Ordem de trabalhos:**

1. Apreciação dos relatórios de gestão, balanço, relatório do conselho fiscal e parecer do auditor externo às contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
2. Informações sobre alterações na composição da estrutura societária.
3. Outros assuntos

Os accionistas poderão fazer-se representar, na reunião da assembleia geral, por pessoa a quem a lei imperativa atribua esse direito.

As representações previstas no parágrafo antecedente devem ser comunicadas, por escrito, ao presidente da mesa da assembleia geral e o(s) respectivo(s) instrumento(s) entregue(s) na sede da sociedade, com a antecedência mínima de 5 dias úteis sobre a data designada para a reunião.

Mesa da assembleia geral do “Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A. na Praia, aos 19 de Março de 2013. – O Presidente, *Silvino Manuel da Luz*.

—oŝo—

## CIMPOR DE CABO VERDE, S.A.

### Assembleia Geral

Convocatória nº 5/2013

Nos termos dos artigos 407º e 408º do Código das Empresas Comerciais, e do artigo 13º/4 do contrato de sociedade, são convocados os senhores accionistas para se reunirem em assembleia geral ordinária, na sede da sociedade no dia 12 de Abril de 2013, pelas 11 horas e 15 minutos, com a seguinte ordem do dia:

- Ponto um - Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas de exercício do ano de 2012;
- Ponto dois - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Ponto três - Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- Ponto quatro - Eleição dos novos membros dos órgãos sociais.

Encontram-se na sede da sociedade, para consulta dos accionistas, os documentos a serem apresentados para a deliberação da assembleia geral.

Nos termos do artigo 414º/4 do CEC e do artigo 13º/7 do contrato de sociedade, a segunda reunião, no caso de não realização da primeira reunião por falta de representação dos accionistas, terá lugar no dia 22 de Abril de 2013, no mesmo local e hora, podendo a mesma funcionar e deliberar validamente com qualquer número de accionistas.

O requisito da participação e exercício de voto, conforme o artigo 11º/3 do contrato de sociedade, é da correspondência de um voto por cada dez acções.

Os accionistas sem direito a voto e os obrigacionistas podem assistir às assembleias gerais e participar nos assuntos indicados na ordem do dia, conforme o artigo 410º/3 do CEC.

Os accionistas que sejam pessoas colectivas, devem indicar, por escrito, ao presidente da mesa da assembleia geral, o nome do seu representante, até dois dias antes da data marcada para a reunião.

Mesa de assembleia geral da Cimpor de Cabo Verde, S.A., na Praia, aos 12 de Março de 2013. – O Presidente, *Cimpor Inversiones SA*.

## SOGEI, S.A.

## NAVIERA ARMAS CABO VERDE, SA

## Assembleia Geral

Convocatória nº 6/2013

Nos termos do artigo 397º e 399º do Código das Empresas Comerciais e por solicitação do conselho de administração e de dois obrigacionistas, convoco os senhores obrigacionistas que sejam titulares de obrigações “SOGEI: EURIBOR 6 Meses + 2,75% 2014” para se reunirem em assembleia geral de obrigacionistas, no próximo dia 19 de Abril de 2013, pelas 16 horas, nas instalações da Bolsa de Valores de Cabo Verde, Rua Largo da Europa, Achada Santo António, Cidade da Praia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto Um - Deliberar sobre as medidas reputadas mais adequadas à defesa dos obrigacionistas face ao não pagamento a alguns obrigacionistas dos juros relativos ao 7º e 8º cupões;
- Ponto Dois - Deliberar sobre o reembolso antecipado parcial do empréstimo obrigacionista com a modificação das condições de amortização, nomeadamente a data referênciada.

Advertem-se os senhores obrigacionistas que:

- a) Devem fazer prova da sua qualidade e do número de obrigações de que são titulares até à data da realização da assembleia geral;
- b) Podem fazer-se representar na assembleia geral por mandatário constituído por simples carta assinada e dirigida ao presidente da assembleia;
- c) A cada obrigação corresponde um voto;
- d) As deliberações são tomadas por maioria dos votos correspondentes a todos os obrigacionistas.

Praia, 25 de Março de 2013. – A Representante dos Obrigacionistas,  
*Raquel Spencer Medina*

## Assembleia Geral

Convocatória nº 7/2013

Nos termos do artigo 408º do Código das Empresas Comerciais (CEC) e do n.º 8 do artigo 17.º do contrato de sociedade, são convocados os accionistas da NAVIERA ARMAS CABO VERDE, SA., para se reunirem em assembleia geral ordinária, na sala de reuniões do Hotel Porto Grande, Mindelo, São Vicente, no dia 29 de Abril de 2013, pelas 15:00 horas, com a seguinte:

## Ordem do dia:

- a) Apreciação e aprovação do Relatório de Atividades e das Contas de Exercício de 2011;
- b) Apreciação e aprovação do Relatório de Atividades e das Contas de Exercício de 2012;
- c) Aplicação dos resultados;
- d) Diversos.

Os documentos de prestação de contas estarão à disposição dos accionistas na sede da sociedade, desde 10 dias antes da data da realização da assembleia geral, ora convocada.

A segunda reunião, no caso de não realização da primeira reunião por falta dos accionistas ou de representação dos accionistas, terá lugar no dia 20 de Maio de 2013, no mesmo local e à mesma hora.

A participação na assembleia geral só é permitida aos accionistas que tiverem direito a, pelo menos, um voto.

A cada acção corresponde um voto.

Os accionistas podem fazer-se representar nos termos da lei, havendo-se como procurações as cartas enviadas pelos próprios accionistas ao presidente da mesa de assembleia geral.

Mesa de Assembleia Geral da Naviera Armas Cabo Verde, SA, aos 19 de Março de 2013. O Presidente, *Javier Delgado Costa*.



II SÉRIE  
**BOLETIM  
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: [www.incv.cv](http://www.incv.cv)



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.  
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09  
Email: [kioske.incv@incv.cv](mailto:kioske.incv@incv.cv) / [incv@incv.cv](mailto:incv@incv.cv)

**I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do Boletim Oficial devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.**